



Eixo: Trabalho, questão social e Serviço Social.

Sub-eixo: Transformações contemporâneas no mundo do trabalho e suas repercussões no trabalho profissional da e do assistente social.

O SERVIÇO SOCIAL FRENTE ÀS EXPERIÊNCIAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: CONSTRUÇÕES E DESAFIOS

RAYSSA BRENNA ¹

Resumo: O objetivo deste estudo consiste em analisar a economia solidária, à luz do Projeto Ético Político do Serviço Social brasileiro, realizando um estudo sobre a atuação do assistente social frente às construções e desafios da Economia Solidária. Além de retratar brevemente a economia solidária no Brasil e suas ideologias, o artigo busca entender os entraves de funcionamento dessa economia no Brasil, e posteriormente, mostrar importância do assistente social como mediador da consolidação da economia solidária.

Palavras-chave: Serviço Social; Economia Solidária; Projeto ético político; Economia Popular; Assistente social.

Abstract: The objective of this study is to analyze the solidarity economy in the light of the Political Ethical Project of the Brazilian Social Service, carrying out a study about the social worker's performance in relation to the constructions and challenges of the Solidarity Economy. In addition to briefly portraying the solidarity economy in Brazil and its ideologies, the article seeks to understand the obstacles to the functioning of this economy in Brazil, and later, to show the importance of the social worker as mediator of the consolidation of solidarity economy.

Keywords: Social service; Solidarity economy; Ethical political project; Popular Economy; Social worker.

1. INTRODUÇÃO

O artigo objetiva compreender a economia solidária no Brasil, elucidando a contribuição do trabalho do assistente social na economia solidária. É essencial entender sobre a importância do profissional de serviço social como mediador nas experiências de economia solidária. Além de buscar no projeto Ético Político que norteia a prática profissional do Assistente Social o suporte para a contribuição empírica do serviço social.

¹ Estudante de Graduação. Universidade Federal do Maranhão. E-mail: <rayssabrennagl@gmail.com>

Desde 1970, especificamente no final desta década, o Serviço Social no Brasil vem construindo um projeto profissional cujo comprometimento vincula os interesses das classes trabalhadoras. Braz (1999, p.02) ressalta que “a chegada do Movimento de Reconceituação formou o chão histórico para a transição para um Serviço Social renovado, através de um processo de ruptura teórica, política com os quadrantes do tradicionalismo que imperavam entre nós”. A classe trabalhadora também se viu em constante mudança em relação ao mundo do trabalho, principalmente nos processos produtivos consequentes do capitalismo.

Essas mudanças e transformações no mundo do trabalho influenciam na criação de uma nova forma de gerar trabalho e renda. Segundo Goerck (2006), “O ‘trabalho’ ocupa uma posição central na forma de organização da sociedade e na socialização dos sujeitos, pois é por meio dele que o ser humano se relaciona com a natureza e a transforma.” Nas crises que do capitalismo causou, um dos principais problemas foi o desemprego, fazendo com que o trabalhador necessite buscar novas alternativas de geração de renda, e a economia solidária tem se apresentado como uma “saída” desta situação.

A Economia Solidária é tema de pesquisas acadêmicas, políticas públicas e vem se tornando escolha e/ou alternativa de trabalhadores desempregados que buscam novas formas de renda e trabalho. A especificidade dos trabalhadores e trabalhadoras que se inserem na economia solidária é uma parcela da sociedade que vive em situação de miséria e pobreza extrema. (SINGER, SILVA, SCHIOCHET, 2014). Além de também ser considerado um movimento social e uma nova forma de sociedade, a economia solidária vem ganhando força tornando-se tema de debates na atualidade.

A economia solidária, com uma proposta diferente de produzir, comprar, trocar, vender e consumir produtos e créditos é uma estratégia de desenvolvimento sustentável que considera todas as dimensões (tanto a social como a econômica, cultural, política e ambiental), e traz consigo a união, a

cooperação, a solidariedade, a preservação e a gestão coletiva dos associados a ela. Segundo Caroline Goerck,

Diante desta realidade, almejando a superação das desigualdades sociais econômicas, outras formas de economia alternativa com princípios cooperativistas e associativistas foram criadas pelos trabalhadores no final do século XX no Brasil, entre elas, experiências que se configuram como Economia Popular Solidária. Esta se concretiza quando um determinado grupo de trabalhadores, em condições precárias ou excluídos do mercado formal de trabalho, se predispõem a organizar empreendimentos com os seus processos de trabalho respaldados em princípios que diferem da finalidade do capitalismo de acumulação e centralização de capital, como por exemplo, de solidariedade, cooperação, igualdade entre os sujeitos, entre outros. (GOERCK, 2006, p.02)

O cooperativismo e/ou o associativismo na economia solidária, como alternativa para trabalhadores conseguirem renda para o sustento, se caracterizou como uma forma social diferente de produção, mas existem entraves e limites para esta economia, bem como o fraco apoio do poder público e efetivas políticas públicas governamentais que fossem direcionadas a estes empreendimentos solidários.

O assistente social pode, então, contribuir de forma empírica para estes trabalhadores e organizações buscarem seus direitos e lutarem por políticas públicas efetivas na economia solidária, além do reconhecimento da economia como ponto forte.

Este trabalho se encontra estruturado em três itens que irão justificar o estudo do objeto, trazendo a Economia Solidária e o 1º Plano Nacional de Economia Solidária, assim como as Construções e desafios da Economia Solidária. Posteriormente, será correlacionado com o item Projeto Ético Político do Serviço Social e o Assistente social como mediador para as experiências de economia solidária. Todos estes itens foram realizados como estudo preliminar sobre o assunto.

2. Economia Solidária no Brasil e o 1º Plano Nacional de Economia Solidária

O trabalho, segundo Marx (2004), representa uma categoria essencial para a organização social dos homens como uma atividade crucial, consciente, pois o homem identifica-se enquanto ser genérico e dotado de qualidades, como a produção. Além disso, trabalho configura-se como uma diferenciação do homem em relação aos animais.

O modo de produção capitalista passou a se consolidar a partir da primeira Revolução Industrial, acontecida na Inglaterra no final do século XVIII, através do acúmulo do capital conquistado através do mercantilismo (ANTUNES, 1999). Com isso, surgem as fábricas e o uso de máquinas a vapor, acontecendo uma divisão maior do trabalho e o aumento da produção. Na segunda Revolução Industrial houve a expansão do capitalismo monopolista, formando grandes empresas. Houve também o desenvolvimento de novas máquinas e novas tecnologias nas fábricas e indústrias, o que diminuiu intensamente a força de trabalho contratada, explorando os trabalhadores que puderam ficar nas fábricas e excluindo aqueles que eram caracterizados como exército industrial de reserva (Marx, 2004) e eram “substituídos” pelo uso das máquinas.

A reestruturação capitalista, ao introduzir novas formas de tecnologia e alterar, em grande parte, a organização do trabalho, reforçou a alienação dos trabalhadores, e por isso muitos deles já não se reconhecem como explorados no processo da produção capitalista, decorrendo daí sua hesitação em se posicionar ao lado dos lutadores sociais.

A Economia Solidária surgiu como uma resposta dos/as trabalhadores/as à crise das relações de trabalho, ao aumento da exclusão social e às grandes mazelas do atual sistema capitalista (Ministério do Trabalho e Emprego, 2014). Um dos traços principais desta economia é a autogestão, que começou a ter um grande olhar a partir das criações de cooperativas e associações autogestionárias. A proposta de autogestão vem a ser gerida a

partir das lutas históricas da classe trabalhadora nos séculos XIX e XX, visando à democratização da produção e construção de uma nova sociedade.

A política pública de economia solidária no Brasil é um processo de conquista social. Seu fomento depende do governo e da organização política dos componentes desta economia. A Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES – foi criada em 2003, no âmbito do Ministério do Trabalho para implementar políticas que incluam as demais formas de organização, em princípio, não capitalistas, e proporcionem a extensão dos direitos destes conjuntos de trabalhadores, além de viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária em todo o território nacional, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário. Efetivou-se como política pública através do decreto nº 4.764/2003 (BRASIL, 2003).

A economia solidária emerge como expressão da organização popular, via trabalho autogestionário, buscando uma alternativa ao desemprego e às relações de trabalho precário. A economia solidária se expandiu no Brasil principalmente nos segmentos populacionais considerados mais vulneráveis, com princípios fundamentados na cooperação, autogestão, solidariedade e ação econômica, conforme já apontado. Nesta perspectiva,

Frente a esta conjuntura desfavorável, a Economia Solidária (ES) aparece com maior incidência nos anos 90, como reação ao processo de fechamento dos postos de trabalho, à exclusão social, tornando-se um foco crescente de interesses e atenções, como alternativa de inserções no mercado de trabalho. As pessoas têm mais espaços no Mundo do Trabalho se estiverem coletivamente organizadas do que isoladas. Desta forma a ES preocupa-se não apenas como uma maneira de inserção na esfera do mercado regular, mas com a realização de um trabalho solidário concreto. A idéia da ES configura-se como uma maneira de sobrevivência do trabalhador, dispensando-o da exploração de mais valia, consolidando um processo que inibe a acumulação de capital e ainda contribui para a construção de uma organização democrática, solidária, associada, desalienada, capaz de resgatar o indivíduo como sujeito do seu processo histórico e compreendendo-se, então, como de fato um cidadão. (SANTOS, 2001, p.135)

A SENAES resulta do movimento de Economia Solidária no Brasil e tem como finalidade dimensionar e dar visibilidade aos empreendimentos de Economia Solidária no Brasil, qualificar os sujeitos envolvidos com a

implementação das políticas públicas direcionadas à Economia Solidária e autogestão, promover as experiências de Economia Solidária nos empreendimentos de autogestão, facilitar o intercâmbio de experiências e reflexões acerca de Economia Solidária, contribuir para a organização e autogestão na geração de trabalho e renda aos trabalhadores (Economia Solidária em Desenvolvimento, 2003).

Nesta Secretaria existe o Programa de Economia Solidária, que objetiva fortalecer as experiências de Economia Solidária como estratégia de enfrentamento ao desemprego e à exclusão social, por meio do Plano Nacional de Qualificação (PNQ). Este plano é uma política pública criada para orientar e elaborar planos, projetos, estratégias, ações promovedoras e qualificadoras, voltadas ao fortalecimento da Economia Solidária no país. Pelo PNQ, a Economia Solidária pode ser vista como uma alternativa aos trabalhadores desempregados, como uma forma de auto emprego coletivo (Termo de Referência em Economia Solidária, 2005)

O 1º Plano Nacional de Economia Solidária efetivou-se em duas grandes Conferências Nacionais de Economia Solidária, em 2006 e 2010, com o intuito de estabelecer uma fundamental contribuição pra criar um ambiente institucional que fortaleça a economia solidária na sua trajetória de superação do patamar de política de governo, constituindo-a efetivamente como política de estado. (1º PLANO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2015 – 2019).

O Plano Nacional tornou-se mecanismo de orientação da política pública, formulado a partir da análise do contexto de uma visão de futuro, a partir dos quais são definidos objetivos para a sua operacionalidade que orientam a formulação de projetos e ações. (1º PLANO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2015 – 2019).

As oportunidades da economia solidária podem se fortalecer através dos avanços na implantação de políticas e instrumentos para acesso aos empreendimentos econômicos solidários, pela ampliação da adesão à economia solidária como estratégia emancipatória e pelas conquistas de novas melhorias de produção sustentáveis.

Desta forma, a economia solidária ganha forças na sua capacidade de constituição dos empreendimentos econômicos solidários e de sua organização

em redes e cadeias de produção, na existência de um movimento da ES de base popular que constrói alternativas para uma estratégia nacional de desenvolvimento sustentável. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, além da conquista e implantação de políticas públicas de economia solidária e da formulação de referenciais teóricos, políticos e pedagógicos que orientam as práticas de educativas de economia solidária.

Em contrapartida, a hegemonia capitalista favorece o acúmulo do capital (ANTUNES, 1999), gerando crescimentos econômicos sem gerar crescimentos sociais, o que é totalmente contrário aos princípios da economia solidária, além do atual contexto político brasileiro ser marcado pelas políticas neoliberais com seus aparatos ideológicos de poder de repressão, dificultando a efetivação da economia solidária e desestruturando seus empreendimentos por falta de incentivos.

É neste contexto em que emerge as expressões da questão social que a economia solidária vai ganhando mais visibilidade como forma de saída da situação de vulnerabilidade social, havendo assim grandes avanços e desafios na perspectiva desta nova economia.

3. Construções e desafios da Economia Solidária

Para entender um pouco dos limites e possibilidades da efetivação da economia solidária no Brasil, O 1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019) elaborou as oportunidades e ameaças que vão caracterizar a economia solidária e o seu desenvolvimento no Brasil, elucidando as fraquezas e forças que esta economia perpassa.

As oportunidades da economia solidária podem se fortalecer através dos avanços na implantação de políticas e instrumentos para acesso aos empreendimentos de econômicos solidários, pela ampliação da adesão à economia solidária como estratégia emancipatória e pelas conquistas de novas melhorias de produção sustentáveis.

Desta forma, a economia solidária ganha forças na sua capacidade de constituição dos empreendimentos econômicos solidários e de sua organização em redes e cadeias de produção, na existência de um movimento da ES de base popular que constrói alternativas para uma estratégia nacional de desenvolvimento sustentável, além da conquista e implantação de políticas públicas de economia solidária e da formulação de referenciais teóricos, políticos e pedagógicos que orientam as práticas educativas de economia solidária.

Apesar de apresentar muitas potencialidades, a ES também apresenta muitas dificuldades, o que é considerado pelo 1º Plano Nacional de Economia Solidária, que aponta, dentre outras: **“a ausência de força política para criar um ambiente institucional adequado à expansão das suas potencialidades”**, o que se expressa na fragmentação e insuficiência de parceria governamental e de comunicação entre as esferas e setores do governo; **“As políticas públicas de economia solidária não são suficientes para atender em larga escala as demandas dos empreendimentos econômicos solidários”**, como a insuficiência de políticas públicas permanentes de incentivo à economia solidária e investimentos nas finanças solidárias insuficientes; **“As dificuldades internas de sua organização social e política como movimento social e articulação de demais movimentos”**, facilmente percebível na falta de identidade e dificuldades na linguagem, assim como a coexistência de perspectivas diversas que se confundem (por exemplo, a ideia de economia verde) e assim como a falta de real compreensão da economia solidária como autogestão, gerando baixo comprometimento e compromisso de alguns gestores e de lideranças dos empreendimentos da economia solidária, além de dependência cultural do paternalismo com persistência de comportamentos individualistas e desagregadores.

A autogestão é princípio fundamental da Economia Solidária. Sobre isto, Singer afirma que existem limites e possibilidades e que,

O perigo de degeneração da prática autogestionária vem, em grande parte, da insuficiente formação democrática dos sócios. A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em

si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura. (SINGER,2002,p.21)

A autogestão se combina em dois aspectos, segundo Carvalho (2012): que são a gestão democrática e posse coletiva dos meios de produção; e a distribuição igualitária dos resultados obtidos, em oposição às relações de trabalho capitalistas que são marcadas pelo individualismo, competição e desigualdade. Para este autor,

Os projetos de autogestão e os projetos de economia solidária, graças ao trabalho do FBES (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA), estão se identificando um com o outro. Destaca o mapeamento da economia solidária como sendo o trabalho mais relevante da SENAES “pois se você olhar para o mapeamento você define o que é economia solidária de uma maneira muito rica e você mostra dentro da economia solidária o que é o projeto de autogestão.” (CARVALHO, 20019, p. 99)

A Economia Solidária consiste em diversas modalidades de organizações econômicas (associações, cooperativas, empresas de autogestão) constituídas com base na livre associação dos trabalhadores, geridas a partir dos princípios de autogestão, cooperação, distribuição de riqueza e solidariedade. Nesse sentido, propõe-se a romper com a lógica capitalista, por meio da abolição da divisão entre trabalhadores e meios de produção, trabalho e capital, produção e apropriação.

É neste contexto que o Assistente social deve, através do seu projeto Ético Político do Serviço social, mediar estas experiências de economia solidária, partindo da premissa da importância da autogestão e da autonomia dos trabalhadores deste modelo de economia.

4. O projeto Ético Político do Serviço Social e o Assistente social como mediador para as experiências de economia solidária

Segundo o CRESS 17ª Região¹, o projeto Ético-Político do Serviço Social foi construído no contexto histórico de transição dos anos 1970 aos 1980, em um processo de redemocratização da sociedade brasileira, negando o conservadorismo profissional existente no Serviço Social brasileiro. Retrata o

seu amadurecimento na década de 1990, período de grandes transformações societárias que influenciaram a produção, a política, a economia, o Estado, o trabalho, a cultura, marcada pelo modelo de acumulação flexível (Harvey, 2011) e pelo neoliberalismo.

O projeto ético-político trouxe para o Serviço Social uma grande mudança na sua construção profissional, onde a ruptura com o conservadorismo deu lugar ao novo conceito de formação profissional, baseado no pluralismo e na liberdade como valor central de expressão e opiniões. Esse projeto é relacionado a um tipo de projeto de transformação da sociedade, que busca um novo conceito de ordem social, o que representa, segundo Mota (2010, p. 66), um renascimento da profissão em sua conjuntura, onde suas técnicas e orientações teóricas projetam a intervenção nas questões sociais brasileiras objetivando uma transformação social.

Dessa forma, compreendendo os princípios da Economia Solidária em contradição com uma ideologia de subalternidade enraizada na classe trabalhadora, o profissional do serviço social deverá realizar uma atuação, moderada e significativa, transformando os sujeitos envolvidos através de conceitos de coletividade, solidariedade, auto gestão, entre outros conceitos que comungam com essa “outra economia”, sem desconsiderar as diversidades culturais. A inserção do Assistente Social em Empreendimento de Economia Solidária possibilitará o fortalecimento dos grupos podendo ser trabalhado às relações sociais em contraponto as relações de trabalho existente; o engajamento com outros segmentos de luta de classes como os sindicatos, as organizações não governamentais, movimentos sociais; a representatividade em espaços comunitários (PAIVA et al, p.13).

Segundo Yamamoto (2000, p.28) “os assistentes sociais trabalham com a questão social nas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública etc.”. O cooperativismo e a autogestão fazem parte da economia solidária, partindo de um modelo de organização e qualidade democrática do trabalho. Como uma nova forma de gerar renda e empregabilidade, esta economia envolve o indivíduo na questão política, social, econômica e na questão de sustentabilidade. E é daí a importância da atuação dos assistentes sociais nestes grupos, que irão realizar assessorias baseadas

na aprendizagem teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa deste Assistente social.

Para Goerck (2006), é com essa direção que se destaca a contribuição do Serviço Social com os trabalhadores e os empreendimentos populares e solidários de geração de trabalho e renda, visto que essas experiências coletivas surgem como um dos modos de gerar trabalho e renda a esses trabalhadores fora do mercado de trabalho, frente às manifestações da questão social, entre elas, o desemprego, a precariedade das condições de trabalho, a exclusão social.

Além disso, o principal compromisso do profissional de Serviço Social deve ser com a transformação social no que diz respeito às relações de educação destes grupos, fazendo valer seu projeto Ético Político e o Código de Ética na fundamentação do reconhecimento da liberdade, defesa do aprofundamento da democracia, ampliação e consolidação da cidadania e recusa do arbítrio e autoritarismo, defendendo os direitos humanos. Neste sentido,

O AS [Assistente social], junto a grupos populares e movimentos sociais é tido como um Mediador, contribuindo para que os usuários tenham uma leitura diferente a respeito do contexto em que estão inseridos e para que mais tarde possam identificar-se como seres humanos livres e autônomos. Trata-se de uma educação crítica, onde o indivíduo questiona não se satisfaz com as aparências, testa as descobertas. O indivíduo na sua inquietude crítica, dialoga e procura construir o novo. [...] A relação do AS com o grupo se dá numa aprendizagem mútua. Para o processo de Educação Popular é indispensável que as partes saibam que ambos os saberes (popular e intelectual) são importantes ninguém é mais do que ninguém, é uma educação inequívoca os graus de educação que não são absolutos. [...] (SANTOS, 2006 p. 140-142)

O assistente social, como mediador das experiências de economia solidária, tem propósito de questionar as relações do indivíduo-objeto e moderar as relações do indivíduo-sujeito numa perspectiva de que o mesmo reflita sobre a sociedade capitalista e suas respectivas expressões, partindo de uma educação popular.

A Educação Popular, então, vem ser uma perspectiva de fazer educação que envolve uma metodologia libertadora e participativa, como enfatiza Paulo Freire (1981), havendo uma transformação dessa “opressão e desmerecimento da classe operária” e uma reflexão da população sobre si mesma e sobre sua condição no mundo. A Educação popular vai contribuir para sair da consciência ingênua de que nunca sairá do patamar em que se encontra, com uma revolução contínua que ajude na elaboração de um novo saber através das trocas de experiências.

O profissional de Serviço Social interage com a realidade e deve incitar o movimento de identificar e visualizar o que é universal e o que é individual e/ou social, no caso, entender a totalidade, uma das categorias fundantes dos fundamentos teórico-metodológico do Serviço Social. Ele deve entender a totalidade e as contradições, assim como compreender as particularidades do real quando for intervir em alguma demanda.

Neste sentido, o

Serviço Social possui também, como princípios, o posicionamento a favor da igualdade e da equidade social, opção por um projeto social, vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação e exploração de classe, etnia e gênero (Código de Ética dos Assistentes Sociais, 1993). O Serviço Social, portanto, pode ser uma das profissões com possibilidades de contribuir com as experiências de geração de trabalho e renda – que constituem a Economia Popular Solidária –, visando à autonomia destes trabalhadores diante dos processos de trabalho e ao fortalecimento destes empreendimentos coletivos. (GOERCK, 2006, p.7)

Neste aspecto, o assistente social deve compreender que, nesses empreendimentos coletivos, como no caso da economia solidária, as origens se dão pelos trabalhadores e instituições de apoio, visto que o desemprego é uma expressão da questão social causado pelo capitalismo, que exclui para incluir, e estas organizações possuem estruturas diferentes dos empreendimentos capitalistas, visto que são baseadas na economia justa, na autonomia, na autogestão e na participação de todos os integrantes do grupo como forma de disseminação da democracia e justiça social.

3. CONCLUSÃO

O assistente social pode, então, contribuir de forma a promover a educação popular e o trabalho autogestionário para os trabalhadores e organizações da Economia Solidária a fim de buscarem seus direitos e lutarem por políticas públicas efetivas na economia solidária, além do reconhecimento da economia como ponto forte para a saída da condição de desempregado e da vulnerabilidade social.

Esta pesquisa quis relatar os enfrentamentos e possibilidades de uma nova economia frente às expressões da questão social que permeiam o capitalismo no Brasil. O Serviço social pode contribuir em qualquer situação de luta ou enfrentamento político, sendo enfatizado neste campo do trabalho como mediador e contribuinte empírico para a busca políticas públicas de economia solidária e mediador no entendimento intelectual individual e coletivo dos grupos de associações e cooperativas, elucidando a importância do conhecimento sobre a economia.

Este trabalho não é conclusivo, visto que o objetivo é compreender os enfrentamentos e possibilidades desta economia e questionar as políticas públicas vigentes. Como um estudo preliminar, é necessário o aprofundamento sobre o tema desenvolvido, bem como a realização de uma análise minuciosa sobre o serviço social e a economia solidária.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999. 258 p.

_____. **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004. 159 p.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência Social. **1º Plano Nacional de Economia Solidária**: para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável. Brasília, 2015 .

_____. Ministério do Trabalho. **Economia Solidária**. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria>>. Acesso em: 7 fev. 2017.

BRAZ, Marcelo. **Notas sobre o Projeto ético-político do Serviço Social**. 2017. Disponível em: <<http://www.funorte.com.br/files/servico-social/29.pdf>>. Acesso em: 8 fev. 2017.

CARVALHO, Mariana Costa. **Autogestão, economia solidária e cooperativismo**: uma análise da experiência política da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão. Juiz de Fora: [s.n.], 2012.

CATTANI, Antônio David (Org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

COIMBRA, A; CARVALHO, M. **A Economia Solidária Como Superação Do Trabalho Abstrato**: apontamentos para uma análise Marxista. 2017. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt3/a_economia_solidaria.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GOERCK, Caroline. Serviço social e experiências de economia solidária: solidária: um novo espaço de trabalho aos assistentes sociais. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, 2006.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOTA, Alessivânia Márcia Assunção. **Projeto ético político do serviço social**: limites e possibilidades. 2017. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/8031>>. Acesso em: 8 fev. 2017.

PAIVA, V. R. A de. et al. **Economia Solidária e a Intervenção do Serviço Social como variáveis na promoção de trabalho, renda e empoderamento de sujeito**. 2018. Disponível em: <<https://even3storage.blob.core.windows.net/anais/64508.pdf>>. Acesso em: 4 jul. 2018.

PAULO NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético político do Serviço Social**. 2017. Disponível em: <<http://welbergontran.com.br/cliente/uploads/4c5aafa072bcd8f7ef14160d299f3d29a66d6e.pdf>>. Acesso em: 8 fev. 2017.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século XX: taylorismo, fordismo e toyotismo**. 3. ed. São Paulo: [s.n], 2013.

SANTOS, Aline Mendonça dos. Assistente social frente às iniciativas de economia solidária. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 3, 2001. Disponível em: <<https://even3storage.blob.core.windows.net/anais/64508.pdf>>. Acesso em: 8 fev. 2017.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (SENAES). **Economia viva: pensar globalmente e atuar localmente**. 2017. Disponível em: <<http://www.economiaviva.com.br/?q=node/163>>. Acesso em: 8 fev. 2017.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

_____. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Org.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2002.

SOUZA, André Ricardo de (Org.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.